**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CAMPUS DE
ERECHIM DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CURSO DE
DIREITO**

AMANDA RAFAELA CAMARGO COSTI

**RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE PAIS E
FILHOS E AS HIPÓTESES QUE RELATIVIZAM O PRINCÍPIO DA
RECIPROCIDADE**

ERECHIM

2018

AMANDA RAFAELA CAMARGO COSTI

**RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE PAIS E
FILHOS E AS HIPÓTESES QUE RELATIVIZAM O PRINCÍPIO DA
RECIPROCIDADE**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel em
Direito, Departamento de ciências
sociais aplicadas da Universidade
Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões – Câmpus Erechim.**

Orientadora: Dr^a Giana Lisa Zanardo Sartori.

ERECHIM – RS

2018

AMANDA RAFAELA CAMARGO COSTI

**RECIPROCIDADE NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS ENTRE PAIS E
FILHOS E AS HIPÓTESES QUE RELATIVIZAM O PRINCÍPIO DA
RECIPROCIDADE**

**Trabalho de conclusão de curso,
apresentado ao Curso de Direito,
Departamento de Ciências Sociais e
Aplicadas da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das
Missões – Campus de Erechim.**

Erechim, 28 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr. Giana Lisa Zanardo Sartori

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus de Erechim

Prof. Nome do professor avaliador

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus de Erechim

Prof. Nome do professor avaliador

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Campus de Erechim

Dedico este trabalho a minha família, a qual sempre apoiou e incentivou meu caminho até aqui, meu sentimento neste momento é gratidão.
MUITO OBRIGADA!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado me dando saúde e força para enfrentar todas as dificuldades. Agradeço por me conceder a oportunidade de poder estudar em uma universidade durante 5 (cinco) anos gratificantes, e, por poder fazer diferença na vida das pessoas.

Aos meus pais, Sandra e Vitor, pelo amor, incentivo e apoio incondicional que tiveram comigo.

Às minhas irmãs, Bruna e Marina, por todo o auxílio e estarem sempre do meu lado.

À minha orientadora Giana Lisa Zanardo Sartori, por todo seu suporte e orientação durante a elaboração dessa monografia. A sua atenção, competência e dedicação para com cada aluno é uma fonte de inspiração para mim.

A todos os meus amigos e amigas e também a todas as pessoas que eu tive a oportunidade de conviver durante o período a graduação, que, de alguma forma contribuíram para a minha formação.

Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação.

(Dalai Lama).

RESUMO

A presente pesquisa monográfica teve como objetivo estudar a reciprocidade na obrigação alimentar entre pais e filhos, analisando as hipóteses que relativizam o princípio da reciprocidade. O estudo parte da reciprocidade alimentícia aborda as disposições contidas na Constituição Federal de 1998 e principalmente no Código Civil de 2002. Justifica-se o estudo sobre a obrigação recíproca alimentar entre pais e filhos, porque se acredita que a partir disso se possa atingir e ampliar a visão da sociedade sobre esse tipo de tema, propondo melhor entendimento principalmente na obrigação recíproca de filho para com os pais, onde nota-se que o tema em estudo se afirma como dispositivo de lei a ser observado e cumprido. O método de pesquisa é analítico descritivo, através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chaves: Obrigação alimentar. Reciprocidade entre pais e filhos. Hipóteses que relativizam o princípio da reciprocidade.

ABSTRACT

The present monographic research aims to study reciprocity in the food obligation between parents and children, analyzing the hypotheses that relativize the principle of reciprocity. The study based on reciprocity of food addresses the provisions contained in the Federal Constitution of 1998 and especially in the Civil Code of 2002. The study on the reciprocal obligation between parents and children is justified because it is believed that from this it can be reached and extended the view of society on this type of subject, proposing a better understanding mainly on the reciprocal obligation of the child to the parents, where it is noted that the subject under study is stated as a law to be observed and fulfilled. The research method is analytical descriptive, through bibliographic research.

Keywords: Food obligation. Reciprocity between parents and children. Hypotheses that relativize the principle of reciprocity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ALIMENTOS	11
2.1 Características da obrigação alimentar	12
2.1.1 Caráter personalíssimo.....	12
2.1.2 Imprescritibilidade	13
2.1.3 Divisibilidade	13
2.1.4 Condicionalidade	14
2.1.5 Reciprocidade	14
2.1.6 Irrepetibilidade	15
2.1.7 Incompesabilidade	15
2.1.8 Impenhorabilidade.....	16
2.2 ESPÉCIES DE ALIMENTOS	17
2.2.1 Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	17
2.2.2 Quanto à natureza: civis e naturais.....	18
2.2.3 Quanto à sua finalidade: provisórios e definitivos.....	19
3 RECIPROCIDADE ENTRE PAIS E FILHOS NA OBRIGAÇÃOALIMENTAR	21
3.1 Princípio da dignidade	22
3.2 Princípio da igualdade	24
3.3 Princípio da solidariedade	26
4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL SOBRE AS HIPÓTESES QUE RELATIVIZAM A RECIPROCIDADE ALIMENTAR	29
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa monográfica tem como objetivo analisar sobre a reciprocidade na obrigação alimentar tanto de pais quanto de filhos, principalmente que não somente os pais devem prestar alimentos aos filhos, mas também, mostrar que quando os pais necessitarem de alimentos deve-se estar presente o princípio da reciprocidade.

Os alimentos fazem parte dos principais direitos do ser humano para sua existência, onde, não se trata somente de uma obrigação de prestar alimentos, mas sim uma questão de solidariedade social e familiar.

O estudo parte do estudo das disposições contidas na Lei 10.406/02, denominado Código Civil Brasileiro, e também, na Constituição Federal Brasileira de 1988. Justifica-se o estudo sobre o princípio da reciprocidade alimentar, porque se acredita que a partir do momento que um filho tem direito de receber alimentos, os pais, quando necessitarem, também podem ter o mesmo direito.

A monografia utilizou o método de pesquisa analítico descritivo, sendo esta, estruturada da seguinte forma: primeiro capítulo mostra, de maneira geral, o que são alimentos, quais são suas principais características e também pesquisa sobre suas espécies.

No segundo capítulo aborda sobre reciprocidade alimentar entre pais e filhos na obrigação alimentar. Além disso, realiza-se um estudo sobre os princípios que relativizam o princípio da reciprocidade.

O terceiro capítulo busca analisar jurisprudências através das hipóteses que relativizam o princípio da reciprocidade alimentar.

Pode-se notar que existem inúmeros casos onde o filho cobra alimentos do pai, e, o pai cobra alimentos do filho, todavia, não se trata somente de cobrar alimentos e a obrigação ser igualitária para ambos, mas sim, de que cada um possa através de seus recursos proverem a prestação alimentícia, sem prejuízo para nenhuma das partes.

2 ALIMENTOS

Os alimentos são essenciais na vida do ser humano para suprimento de necessidades vitais e sociais, sendo assim, se tornam um dos principais direitos fundamentais do ser humano para sua existência. Conforme explica Farias (2016, p. 702), “é possível entender-se por alimentos o conjunto de meios materiais necessários para a existência das pessoas sob o ponto de vista físico, psíquico e intelectual”.

Os alimentos são prestações para a satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si, pois carregam em seu bojo o imprescindível sustento à vida da pessoa que precisa atender aos gastos para com a sua alimentação, vestuário, habitação, tratamento médico, diversão, com recursos para a sua instrução e educação, se for menor de idade. (MADALENO, 1999, p. 172).

Pode-se dizer que a família, é a base de uma sociedade e “durante a convivência familiar não se cogita de obrigação de alimentos. Há direito ao sustento do filho, correlativo ao dever dos pais, consectário do poder familiar” (LOBÔ, 2009, p.347). Ou seja, “a obrigação alimentar é, sem dúvida, expressão da solidariedade social e familiar (enraizada em sentimentos humanitários) constitucionalmente impostas como diretriz da nossa ordem jurídica”. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 700).

Ao falar sobre alimentos, não se trata somente sobre alimentar o (os) filho (os) necessitado (s) mas inclui-se também, os pais que necessitam da ajuda de seus filhos, por motivos de insuficiência de proventos, velhice, enfermidade, e, em razão do caráter recíproco, os pais também poderão cobrar alimentos de seus filhos (capazes). A reciprocidade alimentar é resumidamente à preservação da dignidade humana, nas exatas palavras dos doutrinadores Farias e Rosenvald:

Percebe-se, assim, que, juridicamente, o termo alimentos tem sentido evidentemente amplo, abrangendo mais do que a alimentação. Cuida-se de expressão plurívoca, não unívoca, designando diferentes medidas e possibilidades. De um lado, o vocábulo significa a própria obrigação de sustento de outra pessoa. A outro giro, com o termo alimentos, designa-se também o próprio conteúdo da obrigação. Ou seja, sob a referida expressão estão envolvidos todos e qualquer bem necessário à preservação da dignidade humana, como a habitação, a saúde, a assistência médica, a educação, a moradia, o vestuário e, é claro, também a cultura e o lazer. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 702/703).

Gastos luxuosos e supérfluos decorrentes de vícios pessoais não serão incluídos na obrigação do alimentando.

A própria legislação vigente considera a obrigação alimentar, não somente como uma obrigação de quem a presta de acordo com suas condições, mas também a considera como uma preservação de dignidade, como dispõe o Art. 1694, onde, se tratando de bem comum, a modalidade é como uma solidariedade recíproca entre familiares.

Art. 1694. Podem os parentes, cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação 1º - Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada. 2º - Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia. (BRASIL, 2002).

Nota-se que quando comprovada a necessidade do reclamante podem os parentes, cônjuges ou companheiros pedir alimentos necessários para seu próprio provento, sempre observando as condições do reclamante, tanto quanto as possibilidades do reclamado.

2.1 Características da obrigação alimentar

Diante de algumas doutrinas percebemos que há inúmeras características na obrigação alimentar e dentre elas estão:

2.1.1 Caráter personalíssimo

O caráter personalíssimo não pode ser transferido para outra pessoa que não seja o titular, sendo assim, considera-se o caráter personalíssimo, umas das formas de poder garantir as necessidades vitais e sociais de uma pessoa.

Sendo assim, o direito a alimentos não admite cessão, onerosa ou gratuita, bem assim como não tolera compensação, com dívidas de que natureza for. De mais a mais, também será impenhorável o crédito alimentício e terá preferência de pagamento nos casos de concursos de credores. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 704)

Trata-se de três tipos de vínculos. Em primeiro lugar, vínculo obrigacional, não pode ser repassado para outra pessoa. Em segundo lugar, vínculo pessoal, só recebe quem necessita e só paga quem tem possibilidades e recursos suficientes para atender essa necessidade. Em terceiro lugar, vínculo de finalidade, para mantimentos e conservação da vida.

Existe apenas uma exceção de que a obrigação alimentar pode ser transmitida para herdeiros do devedor, de acordo com artigo 1.700, do Código Civil de 2002 “a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694”. (BRASIL, 2002).

2.1.2 Imprescritibilidade

Não existe um prazo extintivo para os alimentos, pois, os alimentos estão destinados a manter o necessitado diante do presente e no futuro. A fixação da pensão alimentícia pode ser obtida a qualquer tempo, desde que, estejam presentes todos os requisitos solicitados exigidos por lei, não havendo prazo prescricional.

Segundo FARIAS (2016, p. 709), “uma vez fixados os alimentos, por decisão judicial, fluirá, dali em diante, um prazo prescricional para a execução, em juízo, dos valores inadimplidos correspondentes”. A prescrição acontecerá no prazo de dois anos conforme orientação estabelecida pelo artigo 206, caput e § 2º, do Código Civil. (BRASIL, 2002), sendo assim, “ a prescrição é aplicável a cada prestação periódica, sendo exigíveis todas as vencidas dentro dos dois últimos anos”. (LOBÔ, 2009, p. 353).

Diante disso, quando os alimentos forem fixados diante de alguém absolutamente incapaz (menor de dezoito anos de idade), e esse alguém estiver sob exercício familiar, “não haverá a fluência do prazo prescricional, por se tratar de causa impeditiva da prescrição”. (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 709).

2.1.3 Divisibilidade

Em razão da divisibilidade, não se pode o alimentado exigir do alimentando uma pensão por inteiro, deve-se lembrar que a pensão alimentícia deve ser dividida

entre todos que fazem parte do pleito alimentar, excluindo somente algum codevedor que demonstre não ter condições econômicas insuficientes.

Portanto, se o parente que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os parentes de grau imediato, na proporção dos seus respectivos recursos, conforme a possibilidade casa um, com valores desiguais se percebem rendimentos diferentes, não obstante estejam todos no mesmo grau de parentesco. (ROLF, 2013, p. 878).

A partir do momento em que o reclamado não tiver condições de suportar sozinho a pensão alimentícia, poderá ser chamado para concorrer parentes de grau imediato diante da possibilidade de cada um.

2.1.4 Condicionabilidade

A partir do momento em que se trata de um dever de alimentos vinculado ao poder familiar, se o devedor não tem ingressos e outras rendas assemelhadas, pode ser compelido a se desfazer de seus bens para cobrir os alimentos de seus filhos e para atender a eventuais emergências. (ROLF, 2013, p.886).

A sentença de alimentos ou o acordo alimentar judicial transitam em julgado material e formalmente, ao reconhecerem o dever de alimentos, e estabelecerem a quantificação alimentar a ser operada em conformidade com as condições econômico-financeiras verificadas ao tempo da sentença do juiz, ou de acordo judicial, e neste sentido não mais será examinado o mérito, salvo se no futuro ocorrer alguma mudança na situação financeira das partes, a exigir a alteração do montante dos alimentos vigentes, quer para mais, quer para menos, quando não for a hipótese de exoneração. (ROLF, 2013, p. 887).

Contudo, pode se dizer que a obrigação alimentar não se refere ao princípio da imutabilidade, porque pode sofrer alterações financeiras com o passar do tempo.

2.1.5 Reciprocidade

Para regular os interesses bilaterais, a reciprocidade alimentar está presente na obrigação alimentar. “Existe reciprocidade porque quem presta alimentos também tem o direito a recebê-los se vier a deles necessitar, intervendo-se as posições da relação jurídica alimentar.” (ROLF, 2013, p. 887).

Pelo princípio da reciprocidade, considerando que os pais e os avós se obrigam a prestar alimentos, os filhos e netos também assumem a obrigação em benefício daqueles, quando suas necessidades o exigirem, observadas as ordens de classe e grau de parentesco. Essa é a regra da reciprocidade, derivada do princípio da solidariedade. Quando jovem a pessoa necessita do amparo dos mais velhos; quando mais velha, necessita do amparo dos mais jovens. (LOBÔ, 2009, p. 360).

Segundo MADALENO, (2013, p. 887), a reciprocidade não significa que duas pessoas devam alimentos entre si, mas o devedor de hoje poderá ser o credor do futuro, onde ambos são credores e devedores ao mesmo tempo e suas necessidades podem surgir a qualquer tempo.

2.1.6 Irrepetibilidade

A irrepetibilidade veda a devolução dos alimentos já prestados. “Nenhum dispositivo de lei consigna que os alimentos pagos não podem ser devolvidos; contudo, este tem sido um princípio sedimentado pela tradição doutrinária e jurisprudencial brasileira” (MADALENO, 2013, p. 891). Alimentos já consumidos não podem ser restituídos.

De acordo com o Código Civil brasileiro o capítulo III, do pagamento indevido, artigo 876, visa proteger o alimentando, onde o princípio da irrepetibilidade trata-se de uma exceção à restituição em casos eventuais de prestações alimentícias pagas em duplicidades, ou indevidamente prestadas. (MADALENO, 2013, p. 891).

Sendo assim, MADALENO (2013, p. 894) diz que, “ na hipótese de exoneração da pensão, verificada a sua procedência, não há como negar o direito à restituição do dinheiro pago para quem já não mais era destinatário do direito alimentar”.

2.1.7 Incompensabilidade

Os alimentos não são compensáveis, ou seja, não é permitido que o alimentando pague com eventuais outros créditos que não tenham sido fixados judicialmente.

Nesse sentido aponta o inciso III do artigo 373 do Código civil, ao ressaltar a compensação de dívida de alimentos e destacar a vinculação personalíssima da pensão alimentícia. O credor de alimentos tem o direito de receber integralmente o valor mensal da prestação alimentícia, sem surpresas com súbitos e abruptos cortes no seu orçamento, alternado o devedor com este gesto as suas previsões e disponibilidades financeiras, reduzindo os recursos com os quais o credor de alimentos conta para administrar sua vida e seus débitos pessoais. (MADALENO, 2013, p. 895).

Não se admite que o alimentante compense liberdades que faz para os filhos, como aquisição de brinquedos, roupas, ou mesmo alimentos, principalmente quando tem o dever de pagar um valor exato de pensão alimentícia.

Tampouco é admissível o devedor pagar alimentos diretamente aos filhos, sob argumentos de não confiar na administração da pensão alimentícia pela ex-esposa, acusando-a de ser perdulária e de gastarem seu proveito os alimentos dos filhos. O crédito de alimentos é destinado a garantir o sustento e a vida do alimentando e não pode ser numerário que fique à disposição do devedor e segundo sua vontade pessoal podendo constranger o credor a ver sua pensão alimentícia atendendo pagamentos forçados que não esperava e que tampouco autorizou, comprometendo suas necessidades pessoais e fundamentais, apenas porque o devedor alimentar pretende dar destino próprio ao consumo de alimentos cujo critério e análise de gastos e custeio só a ele pertencem e, se por exemplo, o alimentante realiza gastos com seu cartão de crédito em benefício do credor dos alimentos ou promove qualquer despesa direta que não foram expressamente autorizadas pelo destinatário dos alimentos, estes dispêndios devem ser considerados como meras liberdades em favor do alimentando. Admitir a compensação suporia deixar sem meios de vida o credor até a extinção da própria dívida com o devedor de alimentos e, logicamente, não se cumpriria a finalidade alimentar. (MADALENO, 2013, p. 896).

O princípio da irrepitibilidade assegura a sobrevivência sempre proporcionalmente as possibilidades do alimentante para com o alimentado.

2.1.8 Impenhorabilidade

Não existe possibilidade de que sejam penhoradas as prestações alimentares, justamente pelo fato de o alimentado não possuir condições e nem recursos para seu próprio sustento.

Isto dessume do artigo 1.707 do Código Civil, no sentido de serem impenhoráveis os alimentos, conforme referência contida no artigo 1.430 do Código Civil de 1916, e disposição constante do parágrafo único do artigo 813 do Código Civil de 2002, além do artigo 649, inciso IV, do CPC, relativos à provisão de alimentos necessários à manutenção do executado

e de sua família durante um mês, salvo quando se trate de quantidade visivelmente supérflua ou notoriamente excedente. (ROLF, 2013, p. 910).

Os alimentos estão destinados para manutenção de quem os recebe, sendo assim, o alimento não pode ser objeto de penhora.

2.2 Espécies de alimentos

Existem algumas espécies entre as espécies dos alimentos, as quais se subdividem em:

2.2.1 Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios

Dependendo da causa jurídica, os alimentos podem ser chamados de legítimos, voluntários e ressarcitórios.

Serão legítimos ou legais quando decorrem de uma relação familiar (seja de casamento, de união estável ou de parentesco), estabelecendo uma prestação em favor daquele que necessita e proporcionalmente às possibilidades do devedor (CC. art.1.694). Esses são os únicos disciplinados pelas regras do Direito de Família, permitindo, inclusive, a prisão civil do alimentante como força coercitiva para cumprimento da obrigação (CF, art. 5º. LXVII). (FARIAS; ROSELVALD, 2016, p.765).

Em razão dos alimentos legítimos serem estabelecidos por lei conforme disciplina o art. 514, § 1º do Código de Processo Civil, pode-se permitir a prisão civil do alimentante sem cumprimento da obrigação. Os alimentos devem sempre estar dentro das necessidades do alimentado e dentro das possibilidades do devedor.

De outro turno, são voluntários quando decorrem de ato espontâneo de quem os presta, seja inter vivos ou causa mortis. Nessa hipótese (causa mortis), denominam-se testamentários, por defluir de um ato de última vontade, somente produzindo efeitos após a morte do instituidor. É um caso típico de legado sob a forma de alimentos, onerando o espólio (CC, art. 1.920). Naquele caso (inter vivos), são apelidados de convencionais, apresentando-se sob a forma de doação. Em ambas as hipóteses, trata-se de liberdade porque o devedor não estava obrigado por lei a prestá-los. É importante registrar que os alimentos submetem-se ao limite da legítima, e não regidos pelas regras familiaristas. (FARIAS; ROSENVALD, p. 764).

Os alimentos voluntários são obrigacionais sem dever legal de prestá-los, como por exemplo, testamentários (declaração de vontade causa mortis) e doações (declaração de vontade inter vivos).

Por derradeiro, os alimentos serão ressarcitórios, também nominados indenizatórios, quando resultam de uma sentença condenatória em matéria de Responsabilidades Civil, quando o juiz fixa a reparação do dano sob a forma de prestações periódicas, com natureza alimentar. Não se trata de obrigação, mas de faculdade do magistrado, a teor do que reza o art. 533 do Código de Processo Civil de 2015. É o exemplo da vítima que se torna incapaz para o trabalho em razão de lesões corporais ou de tentativa de homicídio. É matéria atinente ao Direito da Responsabilidade Civil. Cuidando-se de alimentos reparatórios, o juiz poderá (CPC, art. 533, § 2º) exigir do condenado (o réu da ação indenizatória) a constituição forçada de capital como forma de garantia, podendo ser aceito bem imóvel, título da dívida pública, dinheiro, fiança bancária ou garantia real, além de ser possível inserir o credor na folha de pagamento do credor. [...] (FARIAS; ROSENVALD, p. 765).

Alimentos ressarcitórios também chamados de indenizatórios se dão através de um ato ilícito praticado, sendo assim, pertencente igualmente ao direito obrigacional.

De acordo com Farias (2016, p. 766), “os conflitos que tenham como objeto os alimentos voluntários ou indenizatórios serão dirimidos pelo juiz da vara cível, enquanto os litígios envolvendo alimentos legítimos dirão respeito à vara de família, em face da especificidade da matéria”.

2.2.2 Quanto à natureza: civis e naturais

O Código Civil brasileiro vigente apresenta distintas categorias sobre alimentos: alimentos civis e alimentos naturais.

De regra, afirmou o codificador que os alimentos são civis – também chamados de *côngruos*, conforme disposição do art. 323 do Código Civil do Chile – porque se destinam à manutenção do credor em todos os seus aspectos vitais e sociais, Ou seja, implicam na manutenção não somente da pessoa, mas, igualmente, do seu status social. Enfim, de ordinário, os alimentos são *necessarium personae*. (FARIAS; ROSENVALD, p. 766).

Os alimentos civis buscam preservar o status social (status de família) do alimentante, não podendo excluir os aspectos vitais e sociais do alimentado, de acordo com a condição econômica do obrigado.

Entretanto, o Código Civil de 2002 reservou uma excepcional possibilidade de fixação de alimentos para atender, tão somente, à subsistência do credor: os chamados *alimentos naturais*. Os alimentos naturais tendiam apenas à manutenção física do credor (*necessarium vitae*), sem qualquer preocupação com o padrão social, intelectual ou cultural de quem os recebe, por terem a meta, apenas, de garantir a sobrevivência. No dizer de Arnaldo Marmitt, os alimentos naturais “ são estritamente necessários para viver, imitados às necessidades primárias da vidas”. Por evidente, serão fixados em percentual inferior aos alimentos civis, dizendo respeito às necessidades de sobrevivência do alimentando. Em face de seu caráter excepcional, os alimentos somente seriam naturais nos casos especificamente previsto em lei (CC, arts. 1.694, § 2º, e 1.704, parágrafo único). *Assim, de acordo com o sistema brasileiro, os alimentos seriam somente para a subsistência quando decorressem de culpa de quem os pleiteia*. Essa culpa teria de estar aprovada concretamente pelo interessado, não se presumindo. Havendo culpa, então, o juiz fixaria os alimentos em percentual estritamente necessário para a manutenção da vida ao credor, mesmo que o devedor tenha condições econômicas de prestar em quantia superior. (FARIAS; ROSENVALD, p. 766).

Diferentemente dos alimentos civis, os alimentos naturais são apenas os alimentos necessários e básicos para manter uma pessoa, como alimentos naturais de garantia a sobrevivência, sem qualquer preocupação com o status social do necessitado.

2.2.3 Quanto à sua finalidade: provisórios e definitivos

Na medida em que os alimentos são concedidos procedimentalmente eles são classificados com duas finalidades diferentes, alimentos provisórios e alimentos definitivos.

Os alimentos *provisórios* possuem natureza antecipatória, sendo concedidos em ações de alimentos (ou em outras ações que tragam um pedido de alimentos em forma cumulativa), de forma liminar, *initio litis*, bastando que se comprove de forma pré-constituída, a existência da obrigação alimentícia, conforme previsão do art. 4º da Lei 5.478/68. Ou seja, basta a comprovação inicial da existência do vínculo de parentesco, de casamento ou de união estável para que o juiz possa fixar liminarmente (antes mesmo da prévia ouvida do réu), os alimentos provisórios. Cuida-se de um provimento liminar, inicial. O arbitramento dos alimentos provisórios deve se pautar pelos elementos indiciários que acompanham a petição inicial (como a profissão do devedor, a sua posição social e econômica etc.), tratando-se de juízo meramente perfunctório, não se exigindo prova efetiva da sua capacidade contributiva- o que virá a ser produzido posteriormente. Aliás, convém sublinhar que eles podem ser concedidos, inclusive, *ex officio* pelo magistrado, independentemente de pedido expresso do autor. (FARIAS; ROSENVALD, p. 767).

Alimentos provisórios sempre serão fixados antes da sentença, por isso, dá-se a natureza antecipatória nas ações de alimentos de forma liminar. É concedido através de comprovação de vínculo de parentesco, casamento ou união estável.

Por seu turno, aos alimentos são definitivos quando fixados por sentença proferida em ação de alimentos ou em outras ações que tragam pedido de alimentos cumulativamente ou quando decorrem de acordo celebrado entre as partes e referendado pelos seus advogados dos interessados, pela Defensoria Públicas ou pelo Ministério Público, constituindo um título executivo extrajudicial, permitindo, inclusive a execução (CPC, art. 911 a 913). Em tese, são fixados para se manter, enquanto a situação fática que os justificou perdurar. Estão assim, submetidos à cláusula rebus sic standibus, podendo ser alterados quando modificada a necessidade de quem os recebe ou a capacidade contributiva de quem os presta, através de nova decisão ou acordo entre os interessados. (FARIAS; ROSENVALD, p. 767).

De acordo com sua definição os alimentos definitivos são aqueles que são fixados por acordo entre as partes ou por sentença. Ter alimentos definitivos não significa que eles serão imutáveis, eles podem ser revistos de acordo com a condição financeira do devedor ou de acordo com necessidade de quem o recebe.

Para Farias (ROSENVALD, p. 768): serão devidos os alimentos provisórios quanto os definitivos, a partir da citação do réu. Também diz que, para as duas categorias permitem a revisão dos valores fixados, através de decisão judicial nos próprios autos ou ação revisional promovida pelo interessado.

Após a pesquisa e estudo sobre conceito, características e espécies de alimentos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, passa-se a apontar os principais aspectos da reciprocidade entre pais e filhos na obrigação alimentar.

3 RECIPROCIDADE ENTRE PAIS E FILHOS NA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

No que se refere à reciprocidade na obrigação alimentar entre pais e filhos, a Constituição Federal de 1988 discorre em seu art. 229 “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. (BRASIL, 1988).

A família passou por grande evolução constitucional, podendo ser consignado que “um dos maiores avanços ocorridos no direito brasileiro, após a Constituição de 1988, foi a consagração normativa dos princípios constitucionais explícitos e implícitos, pois sua eficácia meramente simbólica frustrava as forças sociais que clamavam por sua inserção constitucional”. (MALUF, 2015, p. 65).

De acordo com o Código Civil de 2002, pode-se perceber que existe uma reciprocidade alimentar com parentesco:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.
§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.
§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Ainda, o artigo 1.695 compreende que os alimentos devem ser prestados sem qualquer prejuízo ao próprio sustento de quem os fornece, “são devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento”. (BRASIL, 2002).

Do mesmo modo, o artigo 1.696 do Código Civil disciplina que “o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”. (BRASIL, 2002). Portanto, os alimentos entre pais e filhos devem ser prestados bilateralmente, sendo por sua vez recíprocos, e extensivos a todos ascendentes. (MALUF, 2015, p. 687).

O dever de prestar alimentos a um filho, não se trata somente de alimentação, mas se trata também de despesas extraordinárias, gastos

farmacêuticos, livros educacionais, lazer, dentre outros. Portanto, a reciprocidade por motivos de insuficiência de proventos, velhice, enfermidade, deve ser a mesma com os pais, que, poderão cobrar alimentos de seus filhos capazes. A obrigação alimentar não cobre gastos luxuosos muito menos supérfluos.

Percebe-se, assim, que, juridicamente, o termo alimentos tem sentido evidentemente amplo, abrangendo mais do que alimentação. Cuida-se a expressão plurívoca, não unívoca, designando diferentes medidas e possibilidades. De um lado, o vocábulo significa a própria obrigação de sustento de outra pessoa. A outro giro, com o termo alimentos, designa-se também o próprio conteúdo da obrigação. Ou seja, sob a referida expressão estão envolvidos todos e qualquer bem necessário à preservação da dignidade humana, como a habitação, a saúde, a assistência médica a educação, a moradia, o vestuário e, é claro, também a cultura e o lazer. (FARIAS; ROSENVALD, 2016).

Nas exatas palavras dos doutrinadores Farias e Rosenvald, “a reciprocidade alimentar é resumidamente à preservação da dignidade humana”.

3.1 Princípio da dignidade

Todo ser humano é dotado de um valor moral e espiritual, onde, pode-se dizer que o princípio da dignidade humana é o princípio central do estado democrático de direitos.

A Constituição Federal, art. 1º, III, elenca a dignidade da pessoa humana entre seus princípios fundamentais, sendo esta o valor constitucional supremo “que agrega em torno de si a unanimidade dos demais direitos e garantias fundamentais do homem, expressos na Constituição. Envolve o direito à vida, os direitos pessoais tradicionais, os direitos sociais, econômicos, educacionais, bem como as liberdades públicas em geral, corroborando, nesse sentido, o imperativo de justiça social”; no art. 3º arrola os objetivos fundamentais do País, visando construir uma sociedade livre, justa e solidária – consagrando, assim, a liberdade, o ideal de justiça e a solidariedade (inciso I); promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação pessoal – consagrando, assim, a igualdade formal entre os cidadãos (inciso IV); no art. 4º, II, evidencia a prevalência dos direitos humanos; no art. 5º garante a proteção de direitos da personalidade – direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, que se traduz, no entender de Luiz Alberto David Araújo, na viabilização da felicidade individual do cidadão. (MALUF, 2015, p. 437).

De acordo com o *caput* do art. 1º da Constituição Federal de 1988, “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e

Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...], III - a dignidade da pessoa humana”. (BRASIL, 1988).

No seu art. 1º, a Carta de 1988 anuncia como princípio fundamental do Estado democrático de direito da República Federativa do Brasil, dentre outros, a dignidade da pessoa humana (inciso III). Esse princípio, juntamente com os demais, revela que não há Estado democrático de direito sem direitos fundamentais, assim como não existem direitos fundamentais sem democracia, na qual sejam assegurados não só os direitos civis e políticos guiados pelo princípio básico da liberdade, mas também os chamados direitos sociais, fundados no postulado da igualdade, sem os quais a dignidade da pessoa humana não passaria de mera retórica, razão pela qual é impossível separar a liberdade da igualdade e da solidariedade. (LINHARES, 2016, p. 302).

Há também na Legislação um artigo que discorre sob a proteção que o Estado disponibiliza sob a base da sociedade, que, é sua família. Tais medidas estão estabelecidas no art. 226 da referida lei:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...]

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (BRASIL, 1988).

Segundo Nader (2015, p. 23), “o princípio reconhece a insuficiência da *justiça comutativa*, que se instaura em uma relação de troca, e impõe a *substancial*, que dá a cada um o que lhe é devido pela simples condição de pessoa natural”. Ou seja, o princípio da dignidade humana garante condições mínimas de sobrevivência.

A positivação dessa esfera de intangibilidade ética, que se consubstancia na dignidade da pessoa humana, como característica imanente ao ser humano e sua racionalidade, segundo a quase unanimidade da doutrina, deu-se inauguralmente com a Grund Gesetz de 1949. E, sobre aquele documento normativo histórico, o entendimento que evidentemente se construiu em favor de sua incondicionalidade, de sua culminância como norma impositiva, deve valer para a Carta brasileira, moldada naquele modelo, conforme é já cediço. Por conta disso, tão imprescindível quanto a colação das lições de Konrad Hesse nesse aspecto, é seu acatamento para o cenário jurídico constitucional que – inauguralmente – aqui se firmou em 1988: “O artigo de entrada da Lei Fundamental normaliza o princípio superior, incondicional e, na maneira da sua realização, indisponível, da ordem constitucional: a inviolabilidade da dignidade do homem e a obrigação de todo o poder estatal, de respeitá-la e protegê-la. Muito distante de uma fórmula abstrata ou mera declamação, à qual falta significado jurídico, cabe a esse princípio o peso completo de uma fundação normativa dessa coletividade histórico-concreta, cuja legitimidade,

após um período de inumanidade e sob o signo da ameaça atual e latente à 'dignidade do homem', está no respeito e na proteção da humanidade. (PIOVESAN, 2015, p. 575).

O homem antes de qualquer lei fundamental é entendido como “ pessoa destinada ao livre desenvolvimento”, responsável pela convivência humana. (PIOVESAN, 2015, p. 575).

A imagem do homem, da qual a Lei Fundamental parte no artigo 1º, não deve, nisso, nem individual nem coletivamente, ser mal entendida, ou dada outra interpretação. Para a ordem constitucional da Lei Fundamental, o homem não é nem partícula isolada, indivíduo despojado de suas limitações históricas, nem sem realidade da 'massa' moderna. Ele é entendido, antes, como 'pessoa': de valor próprio indisponível, destinado ao livre desenvolvimento, mas também simultaneamente membro de comunidades, de matrimônio e família, igrejas, grupos sociais e políticos, das sociedades políticas, não em último lugar, também do Estado, com isso, situado nas relações inter-humanas mais diversas, por essas relações em sua individualidade concreta essencialmente moldado, mas também chamado a configurar responsabilmente convivência humana. Somente assim, entendido não só como barreira ou obrigação de proteção do poder estatal, o conteúdo do artigo 1º da Lei fundamental e os direitos do homem, dos quais o povo alemão por causa deste conteúdo, 'como base de cada comunidade humana', declara-se partidário (artigo 1º, alínea 2, da Lei Fundamental), convertem-se em pressuposto da livre autodeterminação, sobre a ordem constituída, pela Lei Fundamental, da vida estatal deve assentar-se”. (PIOVESAN, 2015, p. 575).

Ressalta Piovesan (2015, p.576) que “a dignidade humana simboliza, deste modo, um verdadeiro superprincípio constitucional, a norma maior a orientar o constitucionalismo contemporâneo, dotando-lhe especial racionalidade, unidade e sentido”.

3.2 Princípio da igualdade

O princípio da igualdade busca superar o individualismo com objetivo de alcançar uma sociedade livre justa e solidária. Dá-se a partir dos vínculos que constituem as relações familiares dando ênfase aos conceitos de fraternidade e reciprocidade. (MALUF, 2015, p.68). Sendo um dos principais objetivos da Constituição Federal construir uma sociedade livre, justa e solidária como estabelece seu art. 3º. (BRASIL, 1998).

Em consonância com o momento histórico vigente, vemos que a atual Constituição brasileira protege a supremacia da dignidade da pessoa

humana (art. 1º, III); a liberdade, a igualdade (arts. 5º e 3º, IV), visa promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, valorizando o ser humano como sujeito de direito e visando outorgar-lhe, de forma mais ampla, a inserção e o respeito à cidadania. Em suma, a afetividade singrou os mares do reconhecimento formal, funcionando como cimento basilar para a formação familiar e parental na atualidade. (MALUF, 2015, p. 39).

Conforme *caput* do art.5º da Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1998).

Quanto ao princípio da igualdade, previsto no art. 5o, I, da CF, foi elevado ao status de direito fundamental, e operou imensa transformação no direito de família, mormente no que concerne à igualdade entre o homem e a mulher, entre os filhos e entre as entidades familiares, rompendo, assim, com os fundamentos jurídicos da família tradicional, principalmente quando se trata da legitimidade familiar. (MALUF,2015, p. 68).

A Declaração Universal de 1948 passou a ser uma recomendação das nações unidas adotada pela assembleia geral, devendo ser entendida como a forma mais autêntica de expressão de direitos humanos e liberdades fundamentais dos cidadãos de direito.

A Declaração Universal de 1948, em seu artigo I, desde logo enuncia “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Prossegue, no artigo II, a endossar que “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Estabelece o artigo VII a concepção da igualdade formal, prescrevendo que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei”. Portanto, se o primeiro artigo da Declaração afirma o direito à igualdade, o segundo artigo adiciona a cláusula da proibição da discriminação de qualquer espécie, como corolário e consequência do princípio da igualdade. O binômio da igualdade e da não discriminação, assegurado pela Declaração, sob a inspiração da concepção formal de igualdade, impactará a feição de todo sistema normativo global de proteção dos direitos humanos. (PIOVESAN, 2015, p., 320).

Devido ao grande impacto internacional, a Declaração Universal passou a se tornar grande referencial ético para o sistema global:

Com efeito, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, já em seu art. 2º (1), consagra que “os Estados-partes no Pacto comprometem--se a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e que estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação”. Uma vez mais, afirma-se a cláusula da proibição da discriminação para o exercício dos direitos humanos. A relevância de tal cláusula é acentuada pelo art. 4º do Pacto, ao prever um núcleo inderrogável de direitos, a ser preservado ainda que em situações excepcionais e ameaçadoras, admitindo-se, contudo, a adoção de medidas restritivas de direitos estritamente necessárias, “desde que tais medidas não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social”. A concepção da igualdade formal, tal como na Declaração, é prevista pelo Pacto, em seu art. 26, ao determinar que “todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. (...) a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação”. O Comitê de Direitos Humanos, em sua Recomendação Geral n. 18, a respeito do art. 26, entende que o princípio da não discriminação é um princípio fundamental previsto no próprio Pacto, condição e pressuposto para o pleno exercício dos direitos humanos nele enunciados. No entender do Comitê: “A não discriminação, assim como a igualdade perante a lei e a igual proteção da lei sem nenhuma discriminação, constituem um princípio básico e geral, relacionado à proteção dos direitos humanos”. (PIOVESAN, 2015, p. 320).

Sendo assim, pode-se dizer que somente o reconhecimento integral de todos esses direitos vai poder assegurar o direito de cada um deles.

3.3 Princípio da solidariedade

Em poucas palavras pode-se dizer que o princípio da solidariedade é o coletivo e o individual interagindo, constitucionalizando metas e vinculando-se ao conjunto, onde, a colaboração sempre à frente da obrigação.

Nesse momento, encontramos um ponto que merece uma reflexão do exposto acima. Trata-se do princípio da solidariedade, conhecido também como solidarismo, com que são revestidas as ações que almejem interesses difusos e coletivos. Isso porque seria paradoxal imaginar um Estado Democrático de Direito realizador dos objetivos fundamentais expressos no art. 3º da Constituição Federal, sem estabelecer um elo com a solidariedade social. Nessa linha argumentativa, não há como discordar que, para possuírem valor, os princípios não necessitam de disciplina expressa. Não há como estabelecer um manancial *numerusclausus* de princípios, sob pena de se ter em mente a errônea visão de uma sociedade estática. (LINHARES, 2016, p. 569).

Um dos principais objetivos CF é constituir uma sociedade livre, justa e solidária, superando o individualismo.

O princípio da liberdade, com ênfase no art. 3o, I, da CF, refere-se à autonomia individual para formar, manter ou extinguir relações familiares, bem como à possibilidade de alçar formas novas, sem interferências externas, assim como estende-se à livre administração do patrimônio familiar, ao livre planejamento familiar, à liberdade de escolha em face das preferências valorativas individuais, observadas as limitações de ordem moral, mental ou em face da integridade física, opondo-se, dessa forma, ao rigorismo do sistema anterior, substituindo-o por um modelo mais democrático. (MALUF, 2015, p. 69).

O Art. 229 da Constituição Federal relata que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. (BRASIL, 1988).

Indica a solidariedade como um vínculo de sentimentos que concorrem para a realização do indivíduo e do desenvolvimento de sua personalidade. No núcleo familiar evidencia-se o dever de mútua assistência entre os cônjuges, de proteção da criança e do adolescente (A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança inclui a solidariedade entre os seus princípios, presente também no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 4o) e amparo aos idosos, previsto nos arts. 226 a 230 da CF. Justifica, entre outros, o pagamento dos alimentos no caso de sua necessidade, nos termos do art. 1.694 do atual Código Civil, ou coibir a violência no âmbito familiar, como dispõe o art. 226, § 8o, da CF. (MALUF, 2015, p. 68).

Maluf (2015, p. 681) ressalta que “no que tange à divisibilidade da prestação alimentar, observam-se algumas peculiaridades”.

O Código Civil não prevê a solidariedade, esta não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes, como dispõe o seu art. 265. Assim, no caso de uma prestação alimentar devida a pessoa determinada, se somente dois de seus parentes, em igual grau, detêm recursos iguais de prestá-la, entre estes será repartida a obrigação. Entretanto, se um dos parentes dispuser de melhores condições, sua quota deverá ser superior à dos demais, de acordo com o princípio da proporcionalidade. Na hipótese de um credor optar deliberadamente por não exigir a prestação a algum dos seus parentes, por qualquer razão, na falta de solidariedade passiva, a cota correspondente não será distribuída entre os demais, devendo desfalcar o valor da prestação devida. (MALUF, 2016, p. 681).

A solidariedade deve ter como partida a lei ou da vontade das partes, podendo-se perceber que não tem caráter de solidariedade, “podendo o demandado

chamar ao processo os corresponsáveis à obrigação alimentar”. (MALUF, 2015, p. 686).

Diante de tantas obrigações alimentares praticadas entre pais e filhos e vice-versa, dentro de sua família, é oportuna a análise de mecanismos legislativos à proteção desses direitos. Dessa forma, será estudada e analisada algumas jurisprudências no próximo capítulo.

4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL SOBRE AS HIPÓTESE QUE RELATIVIZAM A RECIPROCIDADE ALIMENTAR

Para a elaboração deste capítulo serão analisados alguns posicionamentos doutrinários, utilizados em casos concretos, adotados pelos Tribunais de Justiça brasileiros, para melhor entendimento e resolução da problemática através desta pesquisa.

Serão apresentados alguns julgados com o posicionamento de Tribunais como o do Rio Grande do Sul e o de Tribunais de Santa Catarina, no enfoque da presente pesquisa, qual seja a transmissão de obrigação alimentar gerada entre pais e filhos.

Quando se trata de insuficiência econômica, enfermidade, velhice, e, também por caráter recíproco, os filhos tem a obrigação de prestar alimentos aos pais, com comprovação de necessidade de quem os pleiteia, sem que haja prejuízo a nenhuma das partes.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS DOS FILHOS AO PAI. Pede o agravado alimentos contra dois de seus filhos, dizendo ser idoso, doente, e sem condições de arcar com o próprio sustento. Deve ser revogada a decisão liminar que fixou alimentos provisórios, porque embora o atestado médico juntado indique comprometimento da capacidade laborativa, as despesas com compra de medicamentos e o fato de comprometer o valor de seu benefício previdenciário para pagamento de pensão alimentícia para a ex-esposa, os elementos dos autos indicam que o agravado tem outra fonte de ganhos, pois há registros, ativos, de empresas em seu nome. Além disto, vive com companheira que trabalha, de modo que também daí sobrevém aporte para o sustento do núcleo familiar. Por ora deve ser revogada a decisão, que pode ser revista com o avançar da instrução. DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A presente jurisprudência se trata do caso que o pai, idoso, doente e sem condições financeiras de seu próprio sustento, pede fixação de alimentos para dois de seus filhos, porém, pede-se revogação da decisão liminar que fixou alimentos provisórios pois o agravado não teve êxito na comprovação de necessidade, tendo sim condições de prover seu próprio sustento.

O mesmo caráter alimentar é adotado também pelo Tribunal de Santa Catarina:

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Agravo de Instrumento n. 4017358-37.2018.8.24.0000, de Araranguá Relator:

Desembargador Luiz César Medeiros DIREITO DE FAMÍLIA - CF, ART. 229 C/C CC, ART. 1696 - ALIMENTOS PROVISÓRIOS - OBRIGAÇÃO RECÍPROCA ENTRE PAIS E FILHOS - GENITOR INCAPAZ - BINÔMIO NECESSIDADE E POSSIBILIDADE - REDUÇÃO 1 "O dever de mútua assistência entre pais e filhos encontra-se inscrito na Constituição da República, artigo 229, bem como no Código Civil, artigos 1.694 e 1.696. Enquanto a norma constitucional enfatiza o dever de proteção no caso de "velhice, carência ou enfermidade", a legislação civil confere aos pais o direito a pensão "de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social". Em relação aos parâmetros para o arbitramento de pensão, atende-se ao já conhecido trinômio necessidade, disponibilidade e proporcionalidade (CC, art. 1.694, § 1º)" (AI n. 4005731-36.2018.8.24.0000, Des. Sebastião César Evangelista). 2 A quantificação da verba alimentar, mesmo de forma provisória, deve lastrear-se nas necessidades do alimentando e na possibilidade do alimentante em provê-la, e a integração desses critérios deve observar o princípio da proporcionalidade e merece atenta análise das características que circundam o caso concreto à luz do bom-senso e da justiça. Não se pode permitir, com o objetivo de alcançar o imprescindível equilíbrio, que o valor fixado fique aquém do necessário para o credor viver com dignidade e nem supere a razoável possibilidade do devedor em fornecer alimentos sem privá-lo da própria subsistência. (SANTA CATARINA, 2018).

Trata-se de agravo de instrumento, em que pode-se observar e levar em consideração o conhecido trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade, principalmente do alimentante sem privá-lo da própria subsistência.

Os posicionamentos dos juristas seguem com fulcro no art. 229 "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade", sempre observando a necessidade, possibilidade e proporcionalidade das partes. (BRASIL, 1988).

Yussef Said Cahali fala que "a obrigação de prestar alimentos fundada no jus sanguinis repousa sobre o vínculo de solidariedade que une os membros do agrupamento familiar e sobre a comunidade de interesses, impondo aos que pertencem ao mesmo grupo, o dever recíproco de socorro". (2002, p.674).

Como já visto anteriormente, a maioria dos descendentes não descarta ou faz cessar a possibilidade do dever de seu genitor alimentar, com fulcro no artigo 1696 do Código Civil.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MUDANÇA NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO GENITOR. DOENÇA. MAIORIDADE DA ALIMENTANDA. PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. De acordo com o art. 1.699 do CC, uma vez fixados os alimentos e sobrevindo mudança na situação financeira do devedor ou do credor, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo. É o caso dos autos. O autor está acometido da doença Gota (inflamação nas articulações - CID 10 M10), que

o impossibilita de trabalhar. A demandada, por sua vez, já atingiu a maioridade e concluiu o Curso Superior, podendo trabalhar e prover seu próprio sustento. A maioridade não faz cessar, por si só, o dever alimentar do genitor, mas há de restar devidamente comprovada a necessidade, pois deixa de ser presumida. Os alimentos passam a encontrar amparo no art. 1.694 do CC - obrigação entre parentes - e não mais no dever de sustento dos pais para com os filhos, como previsto no art. 1.566, IV, do CC. No caso, ademais, está bem demonstrada a impossibilidade de o alimentante obter ganhos com seu trabalho, e não desfruta ele de benefício previdenciário, dependendo inteiramente de sua genitora para sustentar-se. Nesse contexto, impõe-se a exoneração do autor da obrigação alimentar. Sentença de procedência mantida. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

O seguinte julgado é um recurso de apelação para exoneração de alimentos, pelo fato de a demandada já ter atingido sua maioridade e ter concluído o curso superior, podendo prover seu próprio sustento. O autor apresenta inflamação nas articulações, onde, o tribunal reconhece que a doença é apenas momentânea, e também não comprovou o encaminhamento de requerimento de benefício previdenciário do INSS, sendo assim, a incapacidade laboral do alimentante não o desonera do dever de prestar alimentos.

O posicionamento da 4ª Câmara de Civil do Tribunal de Santa Catarina é divergente:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS COM FUNDAMENTO NA MAIORIDADE CIVIL DA ALIMENTADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO AUTOR. ACOLHIMENTO. ALIMENTADA QUE CONTAVA COM 25 ANOS DE IDADE NO MOMENTO DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA, E PERMANECIA FREQUENTANDO CURSO PRÉ-VESTIBULAR. EXTRAPOLADO O LIMITE MÁXIMO JURISPRUDENCIAL DE MANUTENÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR APÓS O ATINGIMENTO DA MAIORIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA INCAPACIDADE LABORATIVA DA REQUERIDA, QUE SE JUSTIFIQUE A PERCEPÇÃO DOS ALIMENTOS. ACOLHIMENTO DO APELO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (SANTA CATARINA, 2018).

A apelação cível julgada mostra que, a partir do momento em que houver provas de que o alimentante tem maioridade civil e não está matriculado em nenhuma instituição de ensino, pode sim perder o direito de alimento.

Existe também a possibilidade revisional de alimentos, onde, a qualquer momento pode-se aumentar ou diminuir o valor da verba alimentícia em juízo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. PEDIDO DE REDUÇÃO. CABIMENTO. PROVA DA INVIABILIDADE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. No caso, há prova suficientemente segura a atestar que a situação de fazenda do alimentante, que é pai de outros dois filhos não está exercendo atividade laboral formal

desde abril de 2018, não mais suporta a verba alimentícia revisanda, com o que é cabível, já neste momento, o seu redimensionamento de 55% para 30% do salário mínimo. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

De acordo com a jurisprudência apresentada, quando comprovada a situação financeira do alimentante, que no caso é pai de outros dois filhos, não podendo suportar mais a verba alimentícia da alimentada, pode-se haver o redimensionamento com o que é cabível, que neste caso é de 55% para 30% do salário mínimo.

O Tribunal de Santa Catarina também entende que a revisional de alimentos se dá a qualquer tempo quando comprovada em juízo:

DIREITO DE FAMÍLIA. REVISIONAL DE ALIMENTOS. FILHA ADOLESCENTE. PRESUNÇÃO DE AUMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA ALIMENTANDA COM O PASSAR DA IDADE. COMPROVAÇÃO DA MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO GENITOR. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. ELEMENTOS SUFICIENTES A JUSTIFICAR A ADEQUAÇÃO DA VERBA À ATUAL REALIDADE FÁTICA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA REFORMADA. MAJORAÇÃO DA VERBA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Em ação revisional, demonstrado pelo requerente alteração substancial no contexto fático em que fixados, originariamente, os alimentos, com repercussão sobre o binômio necessidade/possibilidade (CC, art. 1.694, § 1º), há espaço para modificação do valor da pensão. Assim, desincumbindo-se a parte autora do ônus (art. 333, I, do CPC/1973; art. 373, I, do CPC/2015) de comprovar o incremento na disponibilidade de recursos do alimentante ou aumento das suas necessidades, merece acolhida o pleito de majoração da verba alimentar. Incumbe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores (CC, art. 1.690; ECA, art. 22). É presumível a dependência econômica da criança e do adolescente, consideradas pela lei como pessoas em desenvolvimento (ECA, art. 6º), a quem são asseguradas "todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (ECA, art. 3º). O arbitramento dos alimentos a filho menor deve-se ater a esses parâmetros, sopesando-se, de outro lado, a disponibilidade de recursos dos genitores, atendido assim o binômio necessidade/disponibilidade de que cuida o art. 1.694, parágrafo único, do Código Civil. É consabido que há um incremento das necessidades do filho que atinge a adolescência, aumento esse que é gerado por exigências naturais da fase, ligadas, sobretudo, aos aspectos sociais e educacionais da idade que devem ser contempladas na fixação da verba alimentar, tais como os gastos com mensalidades de cursos preparatórios para ingresso na universidade, transporte, materiais de estudo, alimentação etc. "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas." (REsp nº 1.181.119/RJ, rela. Min. Maria Isabel Gallotti, j. 27.11.2013). (SANTA CATARINA, 2016).

A jurisprudência mostra que existe possibilidade de majoração de pensão alimentícia através de comprovação, onde o apelado adquiriu caminhão, empréstimos, o que revela que possui renda compatível e expressiva, arcando com a possibilidade de passar a pensão de sua filha de 40% para os 80% do salário mínimo, sendo ela adolescente menor de idade, e, observando-se o trinômio de necessidade, possibilidade e proporcionalidade.

Tribunais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul mantêm o mesmo posicionamento. Quando se trata de revisional de alimentos, tanto de pais para com filhos, e, filhos para com os pais, pode haver retratação em juízo mediante comprovação financeira.

O artigo 1.699 do Código Civil discorre que, quando fixados os alimentos, podem ser retratados a qualquer momento: “se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme circunstâncias, exoneração, redução, redução ou majoração do encargo”. (BRASIL, 2002).

Nota-se então que a previsão legal do art. 1699 do Código Civil vigente destacado no parágrafo anterior, se materializa na prática processual e em grau de recurso se afirma como dispositivo de lei e a ser observado e cumprido.

5 CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa e tudo que nela foi produzido, conclui-se que prestar alimentos não é apenas uma obrigação de vínculo familiar, mas sim, uma forma de solidariedade. Os alimentos são fixados diante das necessidades do alimentado e dos recursos do alimentante, para que se possa viver dignamente perante a sociedade e principalmente para que possa atender às necessidades de educação.

Após a análise realizada sobre conceito, características e espécies de alimentos, observam-se diversas possibilidades previstas no ordenamento jurídico brasileiro a serem observadas e cumpridas.

Viu-se que a obrigação alimentar é recíproca entre pais e filhos, onde, da mesma forma que os pais criam e educam seus filhos, os mesmos têm o dever de ampará-los em sua velhice, carência ou enfermidade.

A família passou por grande evolução constitucional, e a Constituição Federal Brasileira de 1988 também pontuou em seu art. 229 que a obrigação alimentar entre pais e filhos é recíproca.

O Código Civil Brasileiro vigente considera a obrigação alimentar como uma preservação de dignidade, também é importante observar as necessidades do reclamante, tanto quanto as condições do reclamado, onde, gastos supérfluos e luxuosos não serão inclusos na obrigação do alimentando.

Verificou-se que há posicionamentos tanto doutrinários quanto jurisprudenciais, que entendem as necessidades dos filhos maiores, como também as necessidades dos pais em sua velhice ou enfermidade, podendo haver retratação em juízo a qualquer tempo mediante comprovação financeira.

Por fim, a reciprocidade na obrigação de prestar alimentos entre pais e filhos e as hipóteses que relativizam o princípio da reciprocidade, hoje, são muito comuns diante da sociedade, pois, existem muitos casos de pais separados que acabam levando ao judiciário à prática processual, para que ao menos se possa ter uma garantia de sobrevivência, observando-se o trinômio necessidade, possibilidade e proporcionalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Brasília, DF: Senado, 10 jan. 2002

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado, 05 out. 1998.

BRASIL, **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Recurso de agravo de instrumento nº 401735-37.2018.8.24.0000. Rel. Luiz César Medeiros, julgado em 04/09/2018, Quinta Câmara Cível, publicado em 04/06/2010. Disponível em <<https://www.tjsc.jus.br/jurisprudência>>. Acesso em 17 set. 2018.

BRASIL, **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Recurso de apelação nº 03000304-75.2014.8.24.0135. Rel. Sebastião César Evangelista, julgado em 14/07/2016, Segunda Câmara Cível. Disponível em <<https://www.tjsc.jus.br/jurisprudência>>. Acesso em 18 set. 2018.

BRASIL, **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**. Recurso de apelação cível nº 1017792-81.2013.8.24.0023. Des. Rodolfo Cezar Riberio Da Silva Tridapalli, julgado em 13/09/2018, Quarta Câmara Cível. Disponível em <<https://www.tjsc.jus.br/jurisprudência>>. Acesso em 18 set. 2018.

BRASIL, **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Recurso de agravo de instrumento nº 70077987774. Rel. Ricardo Moreira Lins Pastl, julgado em 30/08/2018, publicado em 03/09/2018, Oitava Câmara Cível. Disponível em <<https://www.tjrs.jus.com.br>>. Acesso em 18 set. 2018.

BRASIL, **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Recurso de agravo de instrumento nº 70077197853. Rel. Luiz Felipe Brasil Santos, julgado em 30/08/18, Oitava Câmara Cível, publicado em 16/04/2018. Disponível em <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br>>. Acesso em 17 set. 2018.

BRASIL, **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Recurso de apelação cível nº 70078226677. Rel. Luiz Felipe Brasil Santos, julgado em 23/08/2018, Oitava Câmara Cível, publicado em 16/08/2018. Disponível em <<https://www.tjrs.jus.br>>. Acesso em 18 set. 2018.

CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016. 6 v.

LINHARES, Emanuel Andrade; SEGUNDO, Hugo de Brito. **Democracia e Direitos Fundamentais**. Atlas, 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Famílias**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MADALENO, Rolf. **Repensando o Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

MALUF, Carlos Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Dabus. **Curso de Direito de Família**, 1 ed. Saraiva 2015.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 7ed. Forense, 2017. 5 v.

PIOVESAN, Flavia. **Temas de direitos humanos**. 9 ed. Saraiva, 2015.